

ISOMORFISMOS E PENSAMENTO CRÍTICO NA GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA EM PROCESSOS GERENCIAIS: Uma proposta estudo de casos múltiplos em 3 instituições públicas

Eduardo Soares Jangutta¹
Daniella Munhoz da Costa Lima²
Giuliano Alves Borges e Silva³

RESUMO: O presente texto em construção é fruto de uma dissertação em desenvolvimento e tem como objetivo propor uma reflexão crítica sobre cursos superiores de tecnologia em Processos Gerenciais identificando suas contribuições na formação crítica de futuros tecnólogos. Para isto, foi realizada a leitura de perspectivas distintas e antagônicas na área de estudos organizacionais – Isomorfismo institucional e Teoria Crítica da Administração tendo em vista que as implicações do Isomorfismo configuram um meio pertinente para verificar processos que tendem a tornar a educação uma dinâmica puramente instrumental, em detrimento de uma formação emancipatória, locus no qual os estudos críticos assumem protagonismo. Quanto à parte empírica da pesquisa, buscar-se-á a realização a metodologia de Estudo de Casos Múltiplos, no qual serão estudados documentos como ementas, projetos pedagógicos e regulamentos de três cursos superiores de tecnologia em Processos Gerenciais presenciais, com elevado desempenho no ENADE, oferecidos por 3 instituições superiores de ensino no setor público a fim de identificar pensamento crítico e possibilidades de emancipação de futuros tecnólogos. As categorias utilizadas na futura análise serão inspiradas nas Matrizes Epistêmicas de Paes de Paula.

Palavras-chave: tecnólogos, teoria crítica, isomorfismo, emancipação, Tragtemberg.

1. INTRODUÇÃO

Diante da instrumentalização que circunda o mundo do *management*, alguns estudiosos incomodados da década de 1990 fundaram uma corrente de estudos orientados sob uma perspectiva crítica na área de administração (PAULA, 2007 p. 170). Conforme essa corrente, tais estudos têm uma agenda para pesquisa, ensino e prática organizacional que entende o *management* como um fenômeno político, cultural e ideológico (ALVESSON;

¹ Mestrando em Administração e tecnólogo em Processos Gerenciais com ênfase em empreendedorismo (2017) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui MBA em Finanças e controladoria (2018) pela Cruzeiro do Sul. eduardojangutta@id.uff.br

² Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Administração pela EBAPE/FGV (2014). É Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE-UFRJ (1996), especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (2003) e Economista pela UFRJ (1992). É pesquisadora do Programa de Gestão e Empreendedorismo da Universidade Federal Fluminense. Possui interesse de pesquisa nas áreas de: Administração Pública, Cultura e Poder nas Organizações, Pensamento Social Brasileiro, Empreendedorismo e Inovação. daniella_munhoz@id.uff.br

³ Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (USP); Professor adjunto do Departamento de Administração de Macaé da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAd UFF); Coordenador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Gestão, Práticas e Políticas Públicas (GIPP / UFF). giulianoalves@id.uff.br

WILLMOTT, 1992). Os estudos críticos em administração podem evocar a reflexão da carreira profissional, recursos intelectuais para contestar as tendências totalitárias da socialização corporativa e um conjunto mais apurado de critérios para a tomada de decisões. No entanto, há no Brasil uma tradição autônoma de estudos críticos em administração, que merece ser analisada com maior rigor presentes nas obras de Maurício Tragtenberg (PAULA, 2007 p. 170).

Vários pesquisadores têm como objeto de estudo o ensino superior em administração no Brasil, demonstrando preocupação quanto a configuração do ensino de administradores, nessa linha estão os autores Martins (1995) e Tragtenberg (2005). Outros trabalhos têm como enfoque o ensino em pós-graduação conforme destacam-se Paula e Rodrigues (2006). Contudo, poucos estudos têm apresentado como recorte específico do ensino superior em administração os cursos de graduação situados dentro do conjunto formado por cursos superiores de tecnologia em gestão os quais sofrem “preconceito histórico das elites de uma visão que associa cursos superiores de tecnologia (CST’s) à formação profissional das classes menos favorecidas” (TAKAHASHI, 2010 p. 387).

Ainda em relação à formação profissional, o Brasil adotou políticas públicas federais que têm fomentado o crescimento da oferta da educação profissional tecnológica superior brasileira, em nível de graduação tecnológica em gestão e pós-graduação, o que pode ser observado nos dados censitários. A educação tecnológica foi reformulada a fim de atender às demandas do setor produtivo nacional e ampliar o acesso aos CST’s existentes desde os anos 1970 para atender necessidades produtivas marcadas pelo processo de industrialização no Brasil em meados do século XX. (TAKAHASHI, 2010).

A relevância do tema se refere à importância de discutir formas de se contribuir na formação crítica dos alunos da graduações tecnológicas em Processos Gerenciais - possíveis “empreendedores”- admitindo-se que a educação é um meio para se alcançar tal feito, à medida que promove, ou deveria promover - a reflexão crítica em torno das questões organizacionais e sociais. Além disso, o crescimento dos cursos superiores de tecnologia em gestão está contido no cenário de expansão do ensino superior em administração. Este crescimento acelerado fomenta reflexões acerca dos possíveis impactos para o ensino em administração no Brasil, para as instituições de ensino e docentes, para os alunos e para a própria modalidade de ensino tecnológico em administração (TAKAHASHI, 2010).

Objetiva-se neste artigo desenvolver uma reflexão crítica sobre o curso de graduação tecnológica em Processos Gerenciais e sua contribuição para formação crítica dos futuros tecnólogos a partir da comparação de teorias antagônicas que também acrescentam múltiplas perspectivas de conhecimento no campo organizacional. Primeiro será abordada a Teoria Institucional e sua relação com o isomorfismo na gestão. Posteriormente, será apresentada a relação existente entre educação e a ideologia hegemônica do capitalismo e críticas à razão empreendedora sob uma perspectiva crítica, recorrendo-se a teorias organizacionais orientadas para a emancipação, isto é a criação de “...sociedades e lugares de trabalho livres de dominação em que todos os membros têm igual oportunidade para contribuir para a produção de sistemas que venham ao encontro das necessidades humanas e conduzam ao progressivo desenvolvimento de todos” (ALVESSON; DEETZ, 1999 p. 238). Em seguida, são apresentados procedimentos metodológicos e as considerações finais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 TEORIA INSTITUCIONAL E ISOMORFISMO NA GESTÃO

O que torna as organizações tão similares? Essa pergunta pode ser respondida pela Teoria Institucional, a qual é funcionalista e parte integrante do conjunto de teorias que compõem a Matriz Empírico Analítica. A Teoria Institucional procura explicar a homogeneidade ao invés da variação, investigando a surpreendente semelhança nas formas e práticas organizacionais em setores bem estruturados e campos organizacionais institucionalmente legitimados e realçando as diferentes formas de isomorfismo. De acordo com DiMaggio e Powell (2005), o isomorfismo coercitivo pode ser caracterizado por pressões formais ou informais. Desta forma, as mudanças estruturais das organizações variam de conforme com a mudança de pensamento econômico, social e tecnológico, podendo ser modificadas de acordo com uma nova expectativa social ou cultural, ou conforme criação de normativas que impliquem nisso. Em outras palavras, ocorre-se uma imposição de procedimentos operacionais padronizados e estruturas legitimadas. Quanto ao isomorfismo mimético, este relaciona-se com as incertezas encontradas pelas organizações que afim de diminuir seus riscos tomam outras organizações como modelo a ser seguido. Até mesmo os processos de inovação podem ser ocasionados ao fato de se espelhar em modelos de gestão adotados por outras organizações. Como observou Alchian (1950):

Enquanto certamente há aqueles que inovam conscientemente, há aqueles que, em suas tentativas imperfeitas de imitar os outros, inovam inconscientemente por meio da aquisição involuntária de atributos únicos inesperados ou não procurados, os quais, sob as circunstâncias correntes, se provam parcialmente responsáveis pelo sucesso. Outros, por sua vez, procurarão copiar as singularidades, e o processo de inovação-imitação prossegue. (ALCHIAN, 1950).

Acerca do isomorfismo normativo, e deriva principalmente da profissionalização e incentivo ao conhecimento padronizado. Existem dois aspectos relevantes da profissionalização que são fontes de isomorfismo. Sendo o primeiro o apoio da educação formal e sua legitimação produzida por especialistas universitários. O segundo consiste no crescimento e a constituição de redes profissionais que perpassam as organizações e por meio das quais novos modelos são rapidamente difundidos (DIMAGGIO & POWELL, 2005). Conforme a perspectiva de Assis (2010), este tipo de isomorfismo ocorre

[...] quando se tem uma demarcação de condições, métodos e práticas comuns ao exercício de uma ocupação, definidas por meio de um compartilhamento de normas e conhecimentos com outros indivíduos, gerando uma similaridade entre diferentes organizações. Nesse caso, quanto mais similares forem as atividades entre as organizações em um mesmo ambiente e maior for a interação entre profissionais da mesma atividade, mais isomorfismo normativo se terá. Uma forma frequente desse isomorfismo é a profissionalização, sendo o sistema de ensino, em especial as universidades, veículos privilegiados que estabelecem o conjunto de normas, regulamentos e práticas comuns a uma determinada profissão (ASSIS et al., 2010, p. 4).

Durante muito tempo, no campo da gestão houve predominância dos pensamentos estadunidenses sobre a administração continente europeu e à América Latina. No Brasil,

abriu-se espaço para implementação de escolas de negócio com o padrão estadunidenses, com a finalidade de formar administradores capazes de replicar os seus modelos tidos como “ideais” no país. O processo de homogeneização, conforme mencionado, não afeta somente as organizações, mas também os profissionais inseridos dentro da dinâmica organizacional. Com isso, é possível compreender o perfil dos profissionais de gestão sob a perspectiva da teoria institucional e trazendo à tona as influências exercidas na formação profissional dos indivíduos (INGLAT et al. 2017).

2.2 EDUCAÇÃO E A IDEOLOGIA HEGEMÔNICA DO CAPITALISMO

Para Tragtenberg (2005), a sociedade atual tem sua origem na organização social formada no final do século XVIII, consolidando-se no decorrer do século seguinte com o estabelecimento do capitalismo como modo de produção dominante. Nesse sentido, esse período apresenta-se como propício à compreensão da formação do capitalismo, das reflexões por ele engendradas e sua relação com a educação. Maurício Tragtenberg (2005) acredita que o modo de produção dominante – o capitalismo - determina o tipo de formação por meio das transformações introduzidas na escola, que coloca em relação professores e alunos. Segundo Thiollent (2014), a cultura do capitalismo e a visão de mundo que lhe é associada em todos os níveis estão maciçamente propagadas pelas escolas, universidades, meios de comunicação e mundo empresarial em geral. Está presente nos discursos gerenciais, nos noticiários econômicos, na propaganda comercial, nos conteúdos do ensino gerencial em seus vários níveis e grande parte dos alunos de graduação não chega a conhecer o pensamento crítico.

De acordo com Tragtenberg (2004) as instituições de ensino expressam internamente as relações estabelecidas no modo de produção capitalista, e dessa forma, integram a luta de classes e interferem em sua dinâmica. Nessa perspectiva, surge para o autor a pedagogia burocrática a qual transmite a ideologia dominante bem como formam indivíduos para serem absorvidos pelo mercado de trabalho. Nesse sentido, para Tragtenberg, não existe neutralidade em relação à universidade por se tratar de uma instituição de classe na qual as contradições de classe aparecem, caracterizando-se como instituição dominante ligada à dominação. O estudo das teorias administrativas como produtos das formações socioeconômicas de um determinado contexto histórico que perpetuam a opressão do trabalhador e impedem sua autonomia, ao manterem a divisão entre planejadores e executantes do trabalho (Paula, 2008 p. 950). “Tragtenberg também alertou para o risco de o tecnicismo superar o humanismo, transformando as universidades em “multiversidades”, ou seja, “multinacionais da educação” que, ao “mercadorizarem” o ensino, se afastam de seu papel social”. (PAULA, 2001, p. 78). Marques (2006), ao pesquisar a educação do ponto de vista de Maurício Tragtenberg, entende que a consciência burguesa foi sendo amplamente divulgada e assimilada pelas pessoas:

“Daí a importância dos locais de ensino, o lugar onde se transmite a consciência burguesa, seus valores, cultura etc. (...) Tragtenberg observa que a consciência burguesa, é acrítica. Ao ser inculcada nos indivíduos estes tornam-se apáticos ao novo e em sua maioria se mostram em conformidade com a ordem estabelecida e com as relações sociais que o envolve.”(MARQUES, 2006, p. 106).

Ou seja, Marques afirma que Tragtenberg identifica a pedagogia burocrática como capaz de acentuar o conformismo e o espírito acrítico do aluno, forma mão de obra “servil” ao capital capaz de reproduzir sem questionar – empresas ou Estado - o modo de produção dominante. A dimensão do discurso ideológico nas escolas de gestão reflete claramente, segundo Gurgel (2003 p.26), difusores de “valores tais como individualismo, competição, igualdade de oportunidades, livre iniciativa e outras proposições que representam universalidades ideológicas fundamentais do liberalismo”.

A universidade se traduz como um espaço que reproduz o modo de produção dominante, não apenas pela ideologia que transmite, como também pelos “servos que ela forma” (TRAGTENBERG, 2004). Tendo em vista o panorama das escolas de Administração e Negócios no Brasil, identificam-se algumas tendências semelhantes que se relacionam à "mercantilização" do ensino e ao fracasso dos conteúdos e métodos pedagógicos e sinalizam ainda que há alguns pontos de fácil constatação a respeito do ensino no Brasil, como a desatualização generalizada dos conteúdos e a adoção de fórmulas prontas e modismos administrativos importados – geralmente da realidade estadunidense - sem considerar os aspectos históricos e do contexto de cada localidade (PAULA e RODRIGUES, 2006). Ainda sobre importação de conteúdos, Rosa e Alcadipani (2013) problematizam a influência estadunidense na teoria e na prática gerencial do Brasil:

“(…) é o reconhecimento de que os efeitos do colonialismo ainda estão presentes no modo de interpretar o mundo ao nosso redor e que este olhar colonizado gera disfunções significativas na forma como organizamos nosso conhecimento e nossas práticas de gestão (...) existe a necessidade de se descolonizar o campo e de construir uma perspectiva de análise que seja capaz de transcender todos os tipos de fundamentalismos”. (ROSA; ALCADIPANI, 2013, p. 193)

Paula (2001) sinaliza que como forma de superação dessa dominação no ambiente educacional, Tragtenberg defendia uma pedagogia libertária que valoriza, sobretudo, a autonomia e a determinação humanas já que o autor “enfatizava a questão da responsabilidade social das instituições educacionais, dos professores e dos pesquisadores, destacando o papel da universidade na formação cidadã e na produção do conhecimento” (PAULA, 2001, p.78). Para Paula, a análise das obras de Tragtenberg em relação às instituições educacionais se aplicam as universidades de maneira geral, adquirindo maior veracidade no contexto das Escolas de Administração, tendo em vista o enfrentamento do saber crônico “tecnicista” - o homem visto como um ser situado num mundo material, concreto, social, econômico e ideologicamente determinado, o qual lhe cabe transformar - e o estímulo de todas as suas formas de comercialização.

Tragtenberg (2005) propõe que as grandes corporações detêm poder sobre estados subalternos, orientam suas práticas exclusivamente para o lucro e este tende a aumentar-se cada vez mais. Estas grandes organizações, além de influenciar os métodos de ensino da administração, disciplinam seus funcionários, os manipulam com a “engenharia social” e estudando as relações humanas, fazendo-se crer que classes sociais inexistem e que apenas as relações entre os indivíduos importam. No mesmo livro, Tragtenberg propõe cogestão, cooperação e participação como formas de distribuição de poder nas organizações a fim de garantir maior equidade. Sob a perspectiva de José Henrique de Faria (2009), os estudos de Maurício Tragtenberg tratam-se da produção acadêmica brasileira com ênfase na burocracia,

dominação e poder com uma própria epistemologia inspirada em referenciais anarquistas, marxistas e weberianos. A questão primordial de Maurício Tragtenberg é o poder, a recusa a toda forma de dominação, as críticas ao burocratismo e forte defesa da democracia e projeto de sociedade libertária (FARIA, 2009, p. 511-514).

Segundo Souza, Gerhard e Brito (2018) os números expressivos de cursos e alunos matriculados pelas escolas de Administração e Negócios, ao longo dos últimos anos, escondem determinadas limitações que se tem enfrentado quanto à qualidade na formação dos seus profissionais. Exemplo disso, segundo os autores, a formação das disciplinas, seu conteúdo, a carga horária e estruturas curriculares são praticamente padronizadas, sem levar em consideração o contexto no qual estão inseridos.

Especificamente no Brasil, Paula e Rodrigues (2006) afirmam que são escassas as tentativas de recorrer à pedagogia crítica no ensino da Gestão, sejam como sentido de incorporar uma literatura mais crítica ao currículo tanto como ao estímulo de uma postura mais crítica dos discentes. Sobre o papel do gestor, é acrescido às funções diretivas amplamente discutidas na literatura da área da administração a partir da perspectiva de Fayol e Mintzberg, é fundamental incluir o papel de educador, “tendo em vista o compromisso, do profissional que as exerce, com a condução de projetos de transformação social, o que supõe necessariamente o desenvolvimento integral dos homens envolvidos nesse processo” (MARTINS, 1995, p.66). Paula e Rodrigues (2006) identificaram alguns nomes da literatura brasileira em relação ao campo dos estudos organizacionais – Maurício Tragtenberg, Guerreiro Ramos e Fernando Prestes Motta - que se voltaram a uma abordagem crítica bem como se preocuparam com a forma como se conduz o ensino de gestão:

Esses autores defendem a pedagogia crítica como alternativa e discutem como se poderia realizar uma renovação do ensino da gestão, abordando questões como os conteúdos, os métodos pedagógicos, a ligação entre teoria e prática, e principalmente o desenvolvimento da visão crítica e do raciocínio analítico entre os estudantes de Administração. (PAULA; RODRIGUES, 2006)

Ao encontro disso, Martins (1995) explicita que o contexto atual o qual analisou em seu trabalho contempla o acelerado desenvolvimento tecnológico e científico que cobram dos profissionais da gestão qualidades que parecem muito mais próprias do ser autônomo e liberto, da pedagogia de Paulo Freire, a indivíduos mecânicos e dependentes oriundos da concepção utilitarista da educação convencional. Freire (1987) defendia a educação para formação do homem como um ser incluso, consciente de sua inconclusão e seu permanente movimento do ser mais e “não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina.” (FREIRE, 1987 p. 31).

Para Paula (2008), é de fundamental importância refletir sobre os rumos da pesquisa e ensino de administração e negócios no país. Para tanto, estimular a produção de um saber local seria o primeiro passo para contornar essa situação do ensino convencional, aproximando-se de uma perspectiva mais crítica:

“(...) sociedades e lugares de trabalho livres da dominação em que todos os membros têm igual oportunidade para contribuir para a produção de sistemas que venham ao encontro das necessidades humanas e conduzam ao progressivo desenvolvimento de todos”. (PAES DE PAULA, 2008, p. 39)

2.3 CRÍTICA À RAZÃO EMPREENDEDORA

É expressivo o aumento de pesquisas e projetos cujo objetivo é educar para o empreendedorismo e formar um trabalhador novo com a capacidade de auto-produzir sua própria existência. A formação do trabalhador/empreendedor com perfil e espírito inovador, criativo e proativo, capaz de criar seu próprio negócio ou agir como se fosse dono da organização, preconiza o papel social do indivíduo abstraído das determinações estruturais, notadamente da ordem econômica vigente capitalista e busca ocultar problemas sociais através de discursos repletos de valores liberais acerca do empreendedorismo (COAN, 2017).

Argumenta-se que a ideologia predominante do empreendedorismo pautada em discursos de responsabilidades individuais tem contribuído para uma reconfiguração das formas de exploração, dominação e controle da sociedade e na educação. Perpetuam-se discursos como “desemprego é oportunidade”, “o que conta é atitude”, “não podemos depender do Estado”, “emprego é coisa do passado”, “você faz seu próprio mérito”, “é só se esforçar o suficiente”, “estude/trabalhe enquanto eles dormem” e desta maneira associa-se o discurso do empreendedorismo aos fenômenos da precariedade, do desemprego juvenil, culpabilização do indivíduo e da exploração laboral, exacerbados no contexto da crise. (BARBOSA & FERREIRA, 2015 p. 63).

Desta forma, educação para o empreendedorismo, conforme Souza (2009), faz parte de um conjunto de ideologias educacionais amplo, disseminado por atores multilaterais e governos que visam manutenção da hegemonia capitalista procurando reduzir a educação aos estritos interesses da produção da mais-valia pela exploração do trabalho abstrato. A ideologia imersa nesse conjunto consiste em afirmar que, no atual contexto, a integração do Brasil no mercado mundial favoreceria o crescimento econômico e geraria inclusão social por meio de atitudes empreendedoras.

Será que o ensino de empreendedorismo pode ser orientado para uma prática emancipatória? Castro e Nunes (2014) assumem que não existe na ideologia empreendedora na lógica capitalista qualquer potencial emancipatório ou preocupação com o bem-estar coletivo, mas tão somente a manutenção da dependência e do estado de luta pela sobrevivência imediata, transferindo e responsabilizando o próprio indivíduo pelo seu “sucesso” ou “fracasso” nesta luta. De encontro a esse mesmo pensamento, Marival Coan diz que:

A individualização das iniciativas que consiste em jogar se trata de uma ideologia que serve para legitimar a ordem vigente, não tem poder explicativo da realidade, intenta acomodar as pessoas, além de tratar a realidade de forma abstrata. Essa teoria, em síntese, sugere que basta que se tenha um sonho, não interessa qual seja, para que se possa realizá-lo (COAN, 2017 p. 10-11)

Buscando-se uma perspectiva emancipatória dentro do empreendedorismo, Heckert (2004) cita como exemplo prático de ensino de gestão e pensamento crítico a Economia Solidária através de exemplos reais de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e assume uma perspectiva orientada para o pensamento crítico, para criação de projeto de sociedade sinaliza também para uma universidade, portadora de uma ética e uma cultura pautada nos princípios da solidariedade e da cooperação, estímulo a autogestão e participacionismo, buscando enfrentar os desafios da globalização, coexistindo com um modo de produção antagônico. (HECKERT, 2004, p.02). Contudo, a economia solidária teria que

gerar sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do modo dominante de produção para lhe abrir caminho (Singer, 2002). A autogestão, conforme Tragtenberg (1987, p. 22), ocorre quando “a participação não é simples ideologia, senão uma prática cotidiana, e só pode ser estruturada onde as decisões relativas à produção e ao trabalho sejam tomadas por conselhos operários compostos por delegados removíveis”. A sério, esse modo de gestão configura-se como investida de modificar a organização social e a noção política, pondo diretamente e sem intermediários a responsabilidade e todos os assuntos pertinentes nas mãos de todos (Moraes et al. 2009).

Estudar a construção discursiva do empreendedor em diferentes contextos torna possível o questionamento de uma visão neutralizadora e anistórica acerca do empreendedorismo que, na atualidade, elege apenas uma possível configuração, como se esta ideia sempre tivesse existido da forma como existe nos dias de hoje: o papel de impulsionador do desenvolvimento e do crescimento econômico, com base na empresalidade do trabalhador e na lógica de produção capitalista neoliberal (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011).

O resgate da figura do empreendedor não torna transparentes as peculiaridades inerentes aos princípios neoliberais, nem as possíveis consequências econômicas de suas políticas. Buscando-se elucidar críticas a tais princípios, pode-se enfatizar o posicionamento de tais políticas geram: (a) o crescimento da desigualdade econômica e social; (b) o aumento da pobreza absoluta entre as nações e povos mais atrasados do mundo; (c) um ambiente global catastrófico; (d) uma economia global instável; (e) e um enriquecimento acelerado para os já ricos; (f) aumento dramático das desigualdades entre os países ricos e os países pobres; (g) acirramento de tais desigualdades entre classes ricas e pobres no interior de cada país; (h) catástrofes ambientais; (i) conflitos étnicos; (j) ocorrência de migrações internacionais massiva; (k) emergência de novos estados e a falência ou implosão de outros; (l) proliferação de guerras civis; (m) democracia formal como condição política para a assistência internacional; (n) debilitação da educação e da saúde; (o) aumento da desigualdade social; e (p) redução da parcela do trabalho na distribuição de renda. (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011 p. 191).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi projetada por meio de uma abordagem metodológica de natureza qualitativo-descritiva. Justifica-se essa escolha tendo em vista seu objetivo, privilegiando-se um método tão aberto que fizesse justiça à complexidade do objeto de estudo. O método escolhido foi o Estudo de Casos Múltiplos “são consideradas mais convincentes, e o estudo global é visto, por conseguinte, como sendo mais robusto” (YIN, 2001, p. 68). Conforme a metodologia do Estudo de Casos Múltiplos, Yin (2001) afirma que para os estudos de caso, são especialmente importantes componentes de um projeto de pesquisa, sendo eles:

- 1- Questões do estudo: qual a importância de se analisar CSTs em gestão? Até que ponto existe pensamento crítico nos CSTs oferecidos pelas IES públicas? Há espaço para práticas emancipatórias nessa modalidade de ensino? Quais os isomorfismos presentes nos cursos estudados?

2- Unidades de análise: neste estudo pretende-se analisar documentos tais como ementas, planos pedagógicos, diretrizes e regulamentos que permeiam os cursos de Processos Gerenciais que serão estudados nesta pesquisa.

3- Lógica que une os dados e critérios de análise: presença de indicadores nos documentos que se relacionem com uma perspectiva crítica. Conforme Alvesson e Deetz (1999), o conceito de teoria crítica inclui todos os trabalhos que conduzem a um posicionamento crítico ou radical na sociedade contemporânea que investigam sobre opressão, poder, injustiças, comunicação distorcida e alienação.

4- Hipótese: predomina-se o funcionalismo e interesse prático. Prevalecendo teorias e métodos de ensino influenciados por um pensamento neoliberal hegemônico e conservador nas nos cursos Tecnólogos em Processos Gerenciais

Buscando-se compreender o pensamento crítico nos cursos analisados, também será utilizada análise documental das matrizes curriculares dos cursos com melhor desempenho. Para escolha dos cursos a serem estudados, foi visitado sítio eletrônico do Ministério da Educação e buscou-se os cursos de Processos Gerenciais oferecido por instituições públicas. Os cursos 3 a serem escolhidos para os desenvolvimento dos processos de análise foram os pertencentes as seguintes IES: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG); Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Federal Fluminense (UFF). Maiores especificações estão expressas na tabela a seguir:

Tabela 1 – Especificações dos Cursos

| Sigla (IES) | Nome do Curso | Modalidade | ENADE | Ano ENADE | Vagas | Data início funcionamento | Data Ato de Criação |
|-------------|----------------------|------------|-------|-----------|-------|---------------------------|---------------------|
| IFNMG | PROCESSOS GERENCIAIS | Presencial | 5 | 2018 | 40 | 28/03/2016 | 20/10/2015 |
| UFMS | PROCESSOS GERENCIAIS | Presencial | 5 | 2018 | 60 | 08/03/2010 | 27/08/2009 |
| UFF | PROCESSOS GERENCIAIS | Presencial | 5 | 2018 | 100 | 08/08/2013 | 27/06/2013 |

Fonte: Ministério da Educação

Ao revisitar a obra *Conhecimento e Interesse* de Jürgen Habermas, Paula (2016 p.36) afirma que as escolas de negócios podem ter seus estudos orientados sobre 3 matrizes epistemológicas principais, as quais serão muito importantes no processo de análise desta pesquisa. Desta forma, as categorias de análise da pesquisa são:

- a) matriz empírico-analítica caracterizada pelo alinhamento com a filosofia positiva, o uso da lógica funcionalista, preferência pelo interesse técnico e conservador;
- b) matriz hermenêutica caracterizada pelo uso da lógica interpretativa e ênfase no interesse prático;
- c) matriz crítica caracterizada pelo alinhamento com a filosofia negativa,

abordagem humanística, uso da lógica dialética e pelo interesse emancipatório.

É válido ressaltar que as matrizes não são excludentes, ou seja, elas podem se relacionar entre si e explorar suas pluralidades dependendo do estudo a ser desenvolvido.

3.1 SOBRE O CURSO DE PROCESSOS GERENCIAIS DO INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. O IFNMG Campus Almenara, iniciou oficialmente suas atividades em 2010. O Curso de Processos Gerenciais do IFNMG do Campus Almenara visa um ensino que estimula a formação de um profissional empreendedor, com capacidade de trabalho em equipe associada a seu aperfeiçoamento gerencial. As aulas são ministradas no período noturno, em Almenara (MG). O curso possui carga horária total de 2010h e é organizado em 5 períodos e o tempo máximo para conclusão do 4,5 anos (9 períodos). O Curso de Processos Gerenciais do IFNMG possui disciplinas como Administração do Capital de Giro; Administração Rural; Contabilidade Básica; Empreendedorismo; Fundamentos da Administração; Direito Administrativo; Fundamentos de Economia e Mercado; Gestão Pública; Inglês Instrumental; Marketing; Matemática; Português Instrumental; Sociologia; e outras. Quanto ao Trabalho de Conclusão de Curso, o discente deve produzir monografia ou artigo.

Quanto ao seu objetivo geral, o curso visa formar, atualizar e capacitar profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora a gestão das áreas comercial, administrativa e financeira de uma organização.. Referente aos objetivos específicos, o curso visa proporcionar ao aluno condições de: a) atuar em equipes multidisciplinares de gerência; b) atuar na administração das organizações, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional dos processos de gerência, em consonância com as demandas mundiais, nacionais e regionais; c) atuar nas entidades com visão sistêmica e empreendedora, capaz de planejar, implantar, gerir e avaliar projetos de gerência e desenvolvimento sustentável; d) compreender as necessidades e os valores de responsabilidade social, associados a bases de sólidos conceitos de justiça social e ética profissional.

3.2 SOBRE O CURSO DE PROCESSOS GERENCIAIS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Odontologia de Campo Grande, a qual marcou o início do ensino público superior no sul do então Estado de Mato Grosso. Em 1979 devido a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição, que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. No ano de 1980 foi criado na universidade o Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) o qual engloba a Escola de Administração e Negócios que abriga o Curso de Processos Gerenciais desde 2010. As aulas do curso são ministradas no período noturno e sábado integral, em Campo Grande

(MS). O Curso de Processos Gerenciais da possui carga horária total de 1600h e é organizado em 4 semestres e possui disciplinas como Administração de Materiais e Logística; Administração de Sistemas de Informação; Comportamento Organizacional; Educação das Relações Étnico-Raciais; Estudo de Libras; Gestão Contábil, de Custos e Preços; Gestão Socioambiental e do Agronegócio; Matemática Financeira; entre outras. No último semestre o discente, deve cursar uma disciplina intitulada “Pesquisa Aplicada Interdisciplinar” no lugar do Trabalho de Conclusão de Curso. Disciplina esta que, sob a orientação de um professor docente, o aluno deverá desenvolver e aplicar um projeto de investigação teórico-prática em uma célula organizacional analisando todo o processo gerencial aplicado que ele deseja se especializar.

O Curso de Processos Gerenciais da UFMS visa como objetivo principal oferecer a formação básica técnico-profissional ao gestor de processos gerenciais, indispensável à inserção deste profissional nas organizações como agente de mudanças, dotado de uma visão mais crítica da realidade sócio-organizacional. Acerca das áreas de atuação profissional do egresso se destacam: a) elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos e laudos técnicos, vinculados à análise de processos de gestão; b) exercício de funções de chefia ou direção intermediária, assessoramento e consultoria em órgãos da Administração Pública ou de entidades privadas, cujas atribuições envolvam, principalmente, a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de análise de processos de gestão; c) realização de perícias, pesquisas, estudos, análises, interpretações, planejamento, implantação, coordenação e controle de processos de gestão.

3.3 SOBRE O CURSO DE PROCESSOS GERENCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Em 18 de dezembro de 2013 foi criado O Departamento de Empreendedorismo e Gestão (STE) foi criado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói (RJ). Seus docentes almejam um espaço acadêmico próprio para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão no campo do empreendedorismo e da gestão, considerando a relevância destas áreas para o desenvolvimento social e econômico do Brasil

As aulas do Curso de Processos Gerenciais da UFF possui carga horária total de 1770h são ministradas no período noturno. O tempo mínimo para conclusão do curso é de 2,5 anos e o máximo é de 4 anos. Sua grade curricular é estruturada em 6 semestres possui ênfase na criação e gestão de empresas, e inclui disciplinas como Avaliação de Investimento; Cenário e Tendências; Comunicação Empresarial; Estratégia e Novos Negócios; Ética e Responsabilidade Social; Fundamentos do Empreendedorismo; Gestão de Marketing e Vendas; Gestão de Pessoas; Liderança e Comportamento Empreendedor; Matemática Financeira; entre outras. Quanto ao Trabalho de Conclusão de curso, o discente deve produzir Plano de Negócio Empresarial.

Quanto ao seus objetivo geral, o Curso de Processos Gerenciais da UFF visa desenvolver profissionais para gestão empresarial com capacidade empreendedora e ampla visão gerencial, analítica e capacidade de aplicação de técnicas gerenciais para a gestão de processos, produtos e serviços. Referente aos objetivos específicos, o curso visa proporcionar ao aluno condições de: a) assumir papel relevante como gestor de empresas próprias ou em organizações diversas (públicas ou privadas), tornando-se apto a atuar em um mercado de trabalho com necessidades de profissionais empreendedores; b) compreender o imperativo de

agir dentro de princípios éticos e legais que norteiam as organizações privadas e negócios; c) contribuir para o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, incentivando a formação de profissionais empreendedores com ampla visão de negócios, capazes de transformar a prática da administração a partir de sua atuação no ambiente empresarial; d) identificar oportunidades, formular, planejar, implantar, criar e gerir empreendimentos; e) ocupar posições administrativas e gerenciais em micro, pequenas e médias empresas, utilizando-se de práticas empreendedoras e de inovação; f) vivenciar um modelo de ensino-aprendizagem flexível e abrangente, que lhe possibilita adquirir competências e habilidades adequadas às demandas da sociedade, tornando-os capazes de empreender ao longo de sua trajetória profissional.

4. RESULTADOS PRELIMINARES

São percebidas características isomórficas entre os 3 Cursos de Processos Gerenciais analisados. Sendo possível destacar tempo de formação e grade com disciplinas similares que cumprem um objetivo comum de preparar o egresso de competências técnicas e analíticas para ingresso no mercado de trabalho. Estes isomorfismos são congruentes com o que é proposto pelo Ministério da Educação através Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia determina que o tecnólogo em Processos Gerenciais seja um indivíduo capaz de “Otimizar os recursos da organização, por meio de melhorias nos processos” (BRASIL, 2016, p. 48). Estas competências se relacionam de forma direta ao que Tragtemberg demonstava como pedagogia burocrática, a qual segundo o próprio autor:

A pedagogia burocrática ao acentuar o conformismo, o espírito acrítico do aluno, forma a futura mão-de-obra dócil, que nada reivindicará nas empresas ou no Estado, forma os “servos” do capital que docilmente contribuirão para sua reprodução ampliada (TRAGTENBERG, 2004, p. 204).

São percebidas poucas disciplinas de caráter humanístico nos cursos analisados, tais como Sociologia e Comportamento Organizacional. Para Tragtemberg em *Administração, poder e ideologia*, estas disciplinas desempenham um papel ideológico da teoria relacionada aos objetivos imediatos do negócio: "Relações Humanas significa agir sobre os indivíduos e grupos para provocar neles a atitude que convém à empresa" (Tragtemberg, 2005: 27) ou "fundamentalmente, a preocupação das relações humanas consiste na sua influência na produção, donde pode-se defini-la como dinheiro. Nesse sentido, relações humanas são uma teoria, uma prática e uma ideologia" (p.28). Esclarecendo mais ainda: "Ou seja, não só a mais-valia é extraída do trabalho; há a perda do 'seu ser' [...] tendo como única finalidade a rentabilidade" (p.38).

Ainda sobre os isomorfismos presentes no ensino de Processos Gerenciais, é observado ênfase em empreendedorismo visto que conforme a Resolução CNE/CP 3 de 18 de dezembro de 2002 por meio do seu Art. 2 inciso I trata-se de uma obrigação de todo curso superior de tecnologia “incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos; para mim esse pedaço casa com a crítica do empreendedorismo”. Entretanto, conforme apontado anteriormente no texto, o "empreendedorismo" encara a liberdade no autogerenciamento tratando-se de uma idealização do trabalho autônomo, acentuando o individualismo e criando uma falsa sensação de liberdade. Essa ideologia contribui para a desmobilização política, afastando-nos das vias de

democratização.

Ainda conforme a Resolução CNE/CP 3 de 18 de dezembro de 2002, o inciso IV do Art. 2 determina que os cursos tecnológicos devem “propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias”. Logo, estimular reflexões críticas na formação de tecnólogos em Processos Gerenciais contribui para criticar as concepções e as práticas organizativas dominantes, buscando propostas alternativas de gestão que se contraponem aos efeitos nocivos dos modelos capitalistas expansionistas e das práticas organizativas sobre sociedade e seus hábitos de saúde, consumo, alimentação, cultura e meio ambiente.

É válido ressaltar que a Lei 9.394/96 ou através do Art. 43 aponta como uma das finalidades do ensino superior: “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”. De encontro à esta lei, o Parecer CNE/CES nº 776/97 compreende a necessidade de desenvolvimento nos alunos a criatividade, análise crítica, atitudes e valores orientados para a cidadania, atentas às dimensões éticas e humanísticas. Portanto, é relevante formar profissionais empreendedores que, além de competências técnicas e gerenciais, consigam refletir sobre a sociedade que estão inseridos e de alguma forma contribuam para uma mudança orientando suas ações para o social e não apenas para a máxima lucratividade.

A universidade possui um papel vital no debate sobre a exclusão, participando da construção de alternativas e apontando caminhos e dar voz aos que estão expressando a possibilidade de organizações com novos paradigmas e contribuindo para uma mudança. Sendo necessários esforços quanto ao ensino pesquisa e extensão (HECKER, 2004). Assim sendo, para que os cursos superiores de tecnologia, dentre eles o curso de Processos Gerenciais seja aliado no processo de emancipação do cidadão, é imprescindível a mudança de concepções e postura, superando-se a mera formação técnica de trabalhadores e fomentando a formação de trabalhadores críticos que compreendam a importância de seu papel individual na sociedade (DEMO & Silva 2020). Nesse sentido, observa-se que, embora a formação do tecnólogo seja mais densa na área tecnológica, não significa que não precise ter um conhecimento científico/teórico aprofundado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCHIAN, A. Uncertainty, evolution, and economic theory. **Journal of Political Economy**. v. 58, p. 211-221, 1950. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1086/256940>> Acesso em 20 Fev. 2020.

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.). (Organizadores da edição brasileira: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T.). **Handbook de estudos organizacionais**, v. 1: Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.

ASSIS, Lilian Bambirra et al. O isomorfismo entre executivos nas maiores empresas

brasileiras. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora, v. 3, n. 1, p. 95-107, jul. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202010000100010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 20 Fev. 2020.

ASTLEY, W. Graham; VAN DE VEN, Andrew H. Debates e perspectivas centrais na teoria das organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 45, n. 2, p. 52-73, abr. 2005. ISSN 2178-938X. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37120>>. Acesso em: 10 Jan. 2020.

BARBOSA, Inês; FERREIRA, Fernando Ilídio. A "máquina do empreendedorismo": Teatro do Oprimido e educação crítica em tempo de crise. **Investigar em Educação: Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação**, Porto, p.63-78, 2015. Disponível em <<http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/88>> Acesso em 05 Mar. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior. **Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação**. Parecer n° 776 de 3 de dezembro de 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília: 2016. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/catalogo-nacional-dos-cursos-superiores-de-tecnologia->> Acesso em 10 Jan. 2020

BRASIL. Resolução CNE/CP 3, de 18 e dezembro de 2002. (2002). **Diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia**. Publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2002, Seção 1, p. 162. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura

CASTRO, Carla Appollinario de; NUNES, Tiago de García. CRÍTICA À RAZÃO EMPREENDEDORA: SOBRE A FUNÇÃO IDEOLÓGICA DO EMPREENDEDORISMO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO. **Redhes - Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales**, San Luis Potosí, v. 11, p.117-135, 2014. Disponível em: <<http://www.derecho.uaslp.mx/Documents/Revista%20REDHES/N%C3%BAmero%2011/Redhes11-06.pdf>> Acesso em 26 Fev. 2020.

COAN, M. EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA PARA FORMAR UM TRABALHADOR DE NOVO TIPO. **Revista Labor**, v. 1, n. 9, p. 1 - 18, 16 mar. 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.29148/labor.v1i9.6609>> Acesso em 05 Mar. 2020.

COSTA, Alessandra Mello da; BARROS, Denise Franca; CARVALHO, José Luis Felício. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], v. 15, n. 2, p.179-197, abr. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/s1415-65552011000200002>> Acesso em

05 Mar. 2020.

DIMAGGIO, Paul Joseph; POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 45, n. 2, p. 74-89, abr. 2005. ISSN 2178-938X. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37123>> Acesso em: 19 Fev. 2020.

E-MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 jul 2019.

FARIA, José Henrique de. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 509 a 515, jan. 2009. ISSN 1679-3951. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5396>>. Acesso em: 10 Jan. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GURGEL, Cláudio R. M. **A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2003.

HECKERT, Sônia Maria Rocha. A emergência e potencialidades da economia solidária e autogestão no contexto das transformações do mundo do trabalho: a participação da Universidade. **Brasília Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**, Brasília, v. 24, p.7-8, ago. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24d.pdf>. Acesso em 27 Out. 2019.

INGLAT, Luis Phillipe da Silva; SANTOS, Elines Tatianes Pereira dos; PUPO JUNIOR, Célio da Silva. ISOMORFISMO NORMATIVO: influência das instituições na construção do perfil do Administrador. **Revista Foco**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 11-28, jun. 2017. ISSN 1981-223X. Disponível em: <<http://revistafocoadm.org/index.php/foco/article/view/361>> Acesso em 20 Fev. 2020

MARQUES, Edmilson. A questão da educação em Maurício Tragtenberg. **Revista Despierta**, a.3, n. 03, 2016.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. O executivo como um administrador de talentos. **Revista de Administração Pública**. 1995. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8288>> Acesso em 26 Out. 2019.

MORAES, Joysi et al . "Alice no país das maravilhas": práticas organizacionais em uma empresa recuperada por trabalhadores. **Organ. Soc.**, Salvador , v. 16, n. 50, p. 429-445, Sept. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302009000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Mai. 2020.

PAULA, Ana Paula Paes de. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 14, n. 40, p. 169-188, Mar. 2007. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1984-92302007000100010>> Acesso em 05 Mar. 2020.

PAULA, Ana Paula Paes de. Maurício Tragtenberg: contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais críticos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 949 a 968, jan. 2008. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6660>>. Acesso em 05 Mar. 2020.

PAULA, Ana Paula Paes de. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, p. 24 a 46, mar. 2016. ISSN 1679-3951. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/31419>>. Acesso em 05 Mar. 2020.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo, Thomson, 2008.

PAULA, Ana Paula de. Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje. **Revista de Administração de Empresas**, v.41, n.3, 2001, p. 77-81. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n3/v41n3a10.pdf> > Acesso em 26 Out. 2019.

PAULA, Ana Paula Paes de; RODRIGUES, Marco Aurélio. Pedagogia crítica no ensino da administração: desafios e possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v.46. São Paulo Nov./Dec. 2006. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902006000500001> > Acesso em 26 Out. 2019.

Portal IFNMG - Tecnologia em Processos Gerenciais, **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)**. Disponível em <<https://www.ifnmg.edu.br/polos/26-portal/ensino/10141-tecnologia-em-processos-gerenciais>> Acesso em 16 Mai. 2020.

Processos Gerenciais. **Universidade Federal Fluminense (UFF)**, 2020. Disponível em < <http://www.uff.br/?q=curso/processos-gerenciais/1270437/tecnologico/niteroi> > Acesso em 16 Mai. 2020.

ROSA, Alexandre Reis; ALCADIPANI, Rafael. A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no Brasil: (re)pensando a crítica a partir do pós-colonialismo. In **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**, V. 14, N. 6, Edição Especial. p. 185-215, Nov./Dez. 2013. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ram/v14n6/09.pdf> > Acesso em 27 Out. 2019.

SOUZA Elaine Constant Pereira de. **Mercadores de ilusões: a autoajuda e o empreendedorismo no cotidiano dos professores da rede pública do município do Rio de Janeiro**. 2009 226 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação

em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2009.

SOUZA, Lucas Lopes Ferreira de; GERHARD, Felipe; BRITO, Eliane Pereira Zamith. Desafios na formação de profissionais em administração no Brasil. **Administração: Ensino e Pesquisa**. 19 (1), 1-31. 2018. Disponível em <<https://doi.org/10.13058/raep.2018.v19n1.775>> Acesso em 26 Out. 2019.

TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch. Cursos superiores de tecnologia em gestão: reflexões e implicações da expansão de uma (nova) modalidade de ensino superior em administração no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 385-414, Abr. 2010. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200009>> Acesso em 20 Fev. 2020.

Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais - ESAN. **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)**. disponível em <<https://esan.ufms.br/processos-gerenciais/>> Acesso em 16 Mai. 2020.

THIOLLENT, Michel. Estudos organizacionais: possível quadro referencial e interfaces. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2014. Disponível em <http://www.sbeo.org.br/sbeo/wp-content/uploads/2014/07/v1n1_THIOLLENT.pdf> Acesso em 27 Out. 2019.

TRAGTENBERG, Maurício. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/ 1939). In: VENOSA, Roberto. **Participação e participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: UNESP, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: UNESP, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.